



A TEORIA PÓS-COLONIAL E AS MULHERES BRASILEIRAS NOS SÉCULOS XVII E XIX

Larissa Andrade dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

andradesantos.larissa@gmail.com

RESUMO: A teoria pós-colonial auxilia a compreensão das múltiplas experiências vivenciadas por mulheres no Brasil, isso porque descentraliza a discussão elitista da mulher restrita ao ambiente familiar, apontando que as mais pobres já trabalhavam para sustentar as famílias, já outras guerreavam entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Entretanto, ainda se conserva a concepção européia da mulher enclausurada por seus pais e posteriormente por seus maridos, desconsiderando outras mulheres que desde o século XIX já contribuía com a renda familiar, trabalhando fora de casa ou guerreando contra práticas colonialistas. É certo que as mulheres mais ricas ao decorrer do século XIX eram submissas aos homens, saindo de casa apenas para freqüentar missas, enterros ou para casar-se, estando a cargo do pai a escolha do marido, uma vez que o casamento era visto como um negócio entre as famílias, o que não significa desconsiderar a experiência de outras mulheres. Nesse sentido, o objetivo do artigo é contribuir para a desconstrução de um ideal universalista e elitista, que concebe a mulher do século XIX restrita ao ambiente familiar, buscando percorrer diferentes organizações de vida, família e sociedade. Para isso, a metodologia utilizada recorre à história cultural, permitindo compreender a realidade como construção que delineia formas de pensar e ler o mundo.

Palavras-Chave: Mulheres. Teoria pós-colonial. História cultural.

INTRODUÇÃO

A maioria das mulheres latino-americanas permaneceu oculta da historiografia tradicional, já que com a influência européia predominou, exclusivamente, na sociedade um modelo feminista europeu, relacionado à elite da época. É certo que ao decorrer do século XIX algumas mulheres de classes médias/altas eram vigiadas por seus pais e quando casadas precisavam dedicar-se a vida doméstica. Entretanto, existiam outras que para contribuir com a renda familiar trabalhavam fora de casa como lavadeiras, passadeiras ou

domésticas, algumas inclusive guerreavam para garantir direitos.

Do ponto de vista do gênero, compreendo que a condição feminina envolve um processo de construção. Essa construção decorre de vivências exteriores, ou seja, de possibilidades materiais ocorridas em relações sociais, determinadas pelo tempo e pelo espaço. Estudar as mulheres do século XIX nos impõe romper com uma visão patriarcal, concebendo experiências plurais.

A influência européia contribuiu com a disseminação de ideais iluministas, liberais, raciais e patriarcais, assim como com a



disseminação de papéis sociais fixos, o que fez com que a maioria das mulheres fosse oculta, proporcionando visibilidade aos homens e ao movimento de mulheres elitistas.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é contribuir com as discussões acerca da história das mulheres latino-americanas, descortinando o ideal generalizado do "outro", a fim de percorrer diferentes organizações de vida, família e sociedade, isso porque o discurso universalista que predominou nas ciências sociais destinou às mulheres o enquadramento a papéis sociais fixos, que não contemplam a multiplicidade. Por isso, muitos feminismos surgiram para mostrar que não necessitavam se encaixar num modelo para que suas histórias fossem ouvidas e aprendidas. Nesse artigo apontarei a experiência de mulheres que guerrearam entre os séculos XVII-XIX, mas que até hoje possuem suas histórias silenciadas pelo modelo europeu, patriarcal e sexista.

METODOLOGIA

Inicialmente selecionei referenciais que pudessem oferecer a compreensão dos aspectos históricos, sociais e culturais do Brasil no século XIX. Em seguida, recorri a textos que analisavam experiências femininas plurais na América Latina. A partir dessas leituras constatei que dependendo da classe social e das condições materiais de vida, essas

mulheres seguiam ou não o padrão de comportamento europeu.

Segundo Chartier (1990, p. 16-17) “a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Por isso, a história cultural reconhece que nas relações sociais existem discursos permeados por aspectos referentes à dominação e ao poder. Desse modo, oferece a possibilidade de estudar a história das mulheres latino-americanas, vinculada-a a aspectos sociais, políticos, econômicos e de organização de vida. Logo, ao recorrer ao aporte epistemológico da história cultural estarei recuperando a constituição de movimentos sociais, estruturas e representações coletivas na América Latina, especificamente, no Brasil do século XIX.

Os aspectos históricos e culturais do Brasil pós-independência

Após a independência do Brasil predominou-se na sociedade um pensamento eurocêntrico, o que fez com que muitos políticos e intelectuais da época defendessem a adoção de modelos europeus para a reestruturação do país. Eles relacionavam os problemas brasileiros às condições climáticas, raciais e geográficas, atribuindo-os caráter negativo, já que se diferenciavam do modelo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

européu, considerado sinônimo de avanço na época. A Europa serviu de referencial para a consolidação do país, mas como a adoção dos modelos europeus tornou-se inviável, logo o Brasil passou a ser visto como espaço inferior a Europa.

Naquele período a dificuldade de implantação do modelo europeu no Brasil foi caracterizada como deformação da sociedade brasileira. Sob a égide do iluminismo desenfreado a maioria da sociedade e até mesmo alguns intelectuais defenderam o branqueamento populacional e o extermínio de alguns povos negros e indígenas. A influência do pensamento europeu ocorria porque os homens das famílias ricas estudavam na Europa, absorvendo teorias deterministas, positivistas e científicas.

É possível notar no livro *Os sertões* de Euclides da Cunha, responsável por cobrir a rebelião de Canudos, descrevendo as secas como fatalidades, responsabilizando a população mestiça pelos atrasos do país. Euclides classificou os mestiços como selvagens, os quais apresentavam ausência intelectual dos ancestrais superiores. Ao contrário de outros países latino-americanos, o Brasil defendia um desenvolvimento cultural por meio da “superação” de populações negras e indígenas, por isso, havia um forte estímulo a imigração como

estratégia para a promoção do embranquecimento populacional.

O Brasil preocupou-se, sobretudo, em defender uma educação baseada em princípios laicos, que viesse a construir uma identidade nacional, responsabilizando-se pelo surgimento de sujeitos que contribuiriam para o progresso do país. Existia naquele período a necessidade emergencial de se construir um sentimento nacionalista na população.

Os investimentos educacionais no Brasil do século XIX se voltavam para o ensino secundário/superior, diferente de outros países latino-americanos, como a Argentina, que investiu em um modelo de instrução primária para as massas.

Além disso, a primeira universidade brasileira só foi criada a partir da chegada da família Real, enquanto a primeira universidade da Argentina já havia sido criada desde o século XVII em Córdoba, o que possibilitou o acúmulo de grande quantidade de publicações, obras literárias e produções de cunho científico ao país. Logo, os investimentos educacionais na Argentina já haviam iniciado desde o século XVII, dando continuidade ao decorrer do século XIX para a promoção da instrução primária. Ao contrário da Argentina, o Brasil investiu inicialmente no ensino secundário/superior, a fim de formar sujeitos para atuarem como lideranças políticos ou organizadores da



burocracia estatal, promovendo um modelo de modernização industrial sem modernização social.

As experiências femininas plurais ao decorrer do século XIX

Em geral, as mulheres ricas durante o século XIX possuíam um papel social específico, já que predominava o pensamento patriarcal, fortemente apoiado pelos dogmas da igreja, tornando a mulher responsável pelas atividades domésticas e pela criação dos filhos (as). Além do predomínio do pensamento patriarcal, endossado pelos dogmas cristãos, o século XIX caracterizou-se como um período de consolidação da independência e resgate de modelos europeus, impondo às mulheres brasileiras ricas padrões de comportamento que se assemelhavam com os das francesas. O Brasil precisava desvincular-se das tradições coloniais e acompanhar o ritmo dos países que haviam avançado cientificamente e tecnologicamente (França e EUA).

Implantou-se um projeto de modernização urbanístico que priorizava a higiene física e moral, a beleza e a disciplina social. Os governantes do Rio de Janeiro pretendiam transformá-la em uma cidade cosmopolita, imprimindo novas tradições e costumes, para isso a arquitetura portuguesa

deveria ser posta abaixo, dando lugar as construções modernas.

Os valores, o estilo e os parâmetros europeus assimilados eram inculcados, afirmando a superioridade da civilização européia e a rejeição da própria cultura, considerada primitiva e selvagem. O discurso europeu fez com que muitos brasileiros adotassem uma cultura importada, negando inclusive suas origens.

Nesse contexto, as mulheres de famílias de classe média/ricas não poderiam sair desacompanhadas nas ruas e deveriam casar-se muito cedo para adquirir experiências matrimoniais, já que assim alcançariam a plena felicidade. Quando solteiras pertenciam aos pais e depois de casadas tornavam-se propriedades dos maridos. O casamento permitia a ascensão ou a manutenção do status social, com isso meninas entre 12-13 anos poderiam casar-se com homens de até 70 anos. O fato das filhas chegarem aos 14-15 anos sem contrair matrimônio era algo preocupante para os pais das moças. Logo, a adolescência não era vivenciada por essas meninas, que normalmente ultrapassavam a infância para a maternidade.

A mulher passou a ser considerada base moral, devendo obedecer regras castas em encontros sexuais com o marido, bem como vigiar a castidade das filhas e cuidar da prole, mantendo-a saudável. A virgindade



funcionava como um mecanismo político e econômico. Era comum que as moças fossem trancadas em casa para preservar sua virgindade, assegurando uma aliança política. Este controle estava associado aos bens que deveriam ser zelados, já que o casamento representava a união de riquezas.

Entretanto, é importante destacar que as atividades fora de casa já eram exercidas por mulheres pobres que necessitavam assumir o comando dos lares quando eram abandonadas ou passavam por dificuldades financeiras, rompendo com a medicina social que atribuía as características de fragilidade e vocação maternal às mulheres e aos homens autoridade, empreendedorismo, sexualidade sem freios e racionalidade.

Betty Lerma, já atentava para um feminismo que não poderia ser único, porque as mulheres são diversas. Entretanto, há o predomínio de um feminismo colonizador, que ignora as lutas do terceiro mundo e conserva uma concepção única do feminismo. Betty Lerma foi uma feminista norte-americana, que pertenceu ao segmento dos subalternos e questionou o pseudouniversalismo europeu, que se deteve a uma experiência particular. Ao contrário disso, Simone de Beauvoir ao tratar a subalternização da mulher a relacionava a uma vida privada e dedicada a maternidade, portanto, não sendo capaz de abranger as

inúmeras diversidades de mulheres. Até hoje não se sabe se Beauvoir excluiu as mulheres pobres ou se buscou generalizá-las. Provavelmente, considerou o contexto em que viveu (Europa) para a construção de uma teoria feminista, colocando em questão apenas o patriarcalismo e a dominação masculina, desconsiderando aspectos econômicos e culturais.

Sendo assim, torna-se fundamental compreender o papel da mulher na América Latina a partir da teoria pós-colonial, observando que embora as mulheres das classes médias/altas possuíssem a influência européia, as mais pobres vivenciam experiências distintas.

A teoria pós-colonial e a experiências de algumas mulheres durante o século XVII e XIX

O pós-colonialismo eclodiu na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1980, expandindo-se geograficamente por vários países. Os estudos pós-coloniais tiveram referências em trabalhos como de Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Edward Said, Paul Gilroy e Stuart Hall. Tais estudos conservavam influências pós-estruturalistas, pois se detinham a análise do discurso, criticando o processo de produção do conhecimento científico, que privilegiava a cultural da Europa Ocidental. Ao privilegiar



uma cultura, desconsiderava outras experiências.

Os estudos pós-coloniais reconfiguraram o campo discursivo e buscaram compreender as relações hierárquicas, analisando as opressões sofridas em decorrência das questões étnicas, de gênero ou raciais. Dessa forma, sofreram a influência de três correntes ou escolas contemporâneas, a primeira é o pós-estruturalismo, com os trabalhos de Foucault e Derrida, já que os autores pós-coloniais se preocupavam em aprender e reconhecer o caráter discursivo do social, a segunda influência é o pós-modernismo, para descrever e descentralizar narrativas e sujeitos dominantes.

O que caracteriza a situação pós-colonial é a incapacidade de sujeitos subalternos exporem suas narrativas, ou seja, de não possuírem autonomia para se expressar em decorrência do modelo europeu. Entre os subalternos podem-se destacar grupos étnicos, imigrantes em países do primeiro mundo, populações indígenas da América Latina e mulheres pobres. Os subalternos não foram inseridos às narrativas oficiais dos estados coloniais e nem dos estados nacionais recém-independentes, o que fez com que a teoria pós-colonial se concentrasse em situações específicas de vida.

A teoria pós-colonial como referência teórica para compreender o movimento de

mulheres latino-americanas pobres não defende o retorno a irmandade feminista dos anos 1970-1980, mas permite uma reflexão acerca da diferença e desenvolve a articulação entre a política identitária e a política de alianças.

A teorização de Anzaldúa recusa a redução da subjetividade histórica a uma categoria de identidade fixa e desconexa, apontando a necessidade de manter uma política de alianças sem deixar de considerar as especificidades das lutas de mulheres pobres.

Se refletirmos sobre o termo queer, comumente utilizado sob um aspecto unificador, englobando etnias, raças e classes, notaremos que ele reforça a solidificação de um movimento que apesar de lutar contra quem o oprime, homogeneiza e oculta diferenças. Portanto, o que Gloria Anzaldúa propõe é uma nova consciência, que se contraponha ao identitarismo essencialista e ao hibridismo hegemônico, rejeitando a história universalista, o que Anzaldúa critica é homogeneização e o encobrimento de conflitos sociais internos.

Por isso, a necessidade de se contar uma história vista de baixo, capaz de abarcar experiências plurais como resposta ao predomínio europeu, que insiste em ocultar da história mulheres pobres, guerrilheiras e ativista, as quais contribuíram para que o



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

movimento feminista na América Latina assumisse um papel diferente do feminismo europeu.

Somente o padrão eurocêntrico-iluminista afirmava que os únicos que participaram das guerras eram os homens, uma vez que é possível identificar a presença das mulheres nas lutas armadas. De acordo com Adelia (apud WOLFF, 2012) a compreensão de que as mulheres deveriam ser poupadas das lutas adveio da colonização portuguesa, que influenciou a proibição de mulheres em conflitos armados.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros, por exemplo, foi uma das mulheres que se alistou como soldado Medeiros durante o século XIX. Quitéria lutou contra os colonizadores, que inconformados com a independência buscaram retomar o domínio do país, lutando contra tropas portuguesas contrárias ao grito de independência de Dom Pedro I. Mais tarde, o pai desvendou sua verdadeira identidade, mas Quitéria não foi expulsa do Exército e seu protagonismo possibilitou a abertura de uma turma de mulheres na Escola do Exército em Salvador, onde foi nomeada Patrona do Quadro de Oficiais do Exército. Assim como Teodora e Maria Rosa, que foram protagonistas na Guerra do Contestado e ficaram reconhecidas como ícones do movimento campista no oeste de Santa Catarina, outra mulher que podemos destacar

é Maria Bonita, que ao lado de Lampião lutou no sertão nordestino, sendo presa e morta pela polícia.

A historiografia oculta o nome dessas e de outras, como o de Benta Pereira, que se tornou heroína após ter expulsado as tropas partidárias do Visconde de Asséca, donatário das terras, desmistificando a ideologia romântica da mulher frágil física e emocionalmente.

No início da colonização portuguesa, os colonizadores encontraram no Brasil a população Goitacá, que se localizava na Costa Atlântica, próximo ao atual Rio de Janeiro. Foi então que iniciaram as guerras e as batalhas para escravizar a população nativa e expropriar suas terras e riquezas. Como o Brasil ainda pertencia a Portugal, Dom João III dividiu as terras brasileiras em doze capitanias hereditárias, destinadas a homens que se destacavam como vassalos em guerras para expandir o domínio português na Ásia e na África. A partir de 1536 Pero de Góis tornou-se responsável pela capitania de São Tomé, mais tarde conhecida como Paraíba do Sul.

Passaram-se 87 (oitenta e sete) anos até que em 1623, Gil Góis da Silveira, descendente de Pero de Góis, organizou uma luta para dominar a população local e reconquistar o território, mas, a população campista lutou e fez com que se espalhassem



comentários que a capitania de São Tomé era habitada por gentio bravo, indomável e invencível.

Em 1633 chega ao Brasil o General Salvador Correia de Sá e Benevides, que objetivava ampliar domínios e mediar usurpações. O general conseguiu uma carta régia para que os filhos tomassem posse das capitanias hereditárias. Como não houve acordo com o governo em relação à população campista, que recusava o novo donatário, 500 (quinhentos) homens e mulheres armados invadiram a Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás, onde todos os aliados do Visconde foram presos e algemados, já sem munição os combatentes campistas foram obrigados a abandonar a Vila, mas Mariana, filha de Benta Pereira, recusou-se a fugir e os partidários do donatário a deportaram para Benguéla na África.

Aos poucos é possível delinear uma lenda que fez referência a uma mulher campista, patriota e destemida. Quando a cidade de Campos dos Goytacazes comemorou o centenário, a prefeitura cunhou medalhas, conservando de um lado o escudo e as armas da cidade e do outro uma efígie em alto relevo com a inscrição de Benta Pereira. Benta serviu como inspiração para poemas e peças teatrais.

CONCLUSÃO

A teoria pós-colonial ao lado da história cultural permite compreender diferentes sujeitos históricos. Eras (2011) afirma que buscar uma única concepção de história coloca em questão duas problemáticas: uma em relação ao sentido prático do conhecimento pedagógico e sociológico e outra relacionada às representações sociais. Portanto, um dos desafios postos aos movimentos feministas, a teoria pós-colonial e a história cultural é compreender o “Outro” a partir da relativização de práticas que antes eram concebidas como legítimas. Por isso, a importância de se utilizar como referencial a teoria pós-colonial e como metodologia a história cultural para descortinar múltiplas experiências, sem restringi-las aos modelos europeus dominantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Educação e cultura nos escritos de José Veríssimo: apontamentos para a compreensão e discriminação do preconceito étnico no Brasil (Projeto)**. Belém, 2005. (Projeto e relatório CNPq).

COSTA, Cláudia, ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 13, nº 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014>. Acesso em 15 de setembro de 2015.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

ERAS, Lígia Wilhelms. As contribuições dos estudos culturais, pós-coloniais e das teorias feministas para o ensino de sociologia. In: **Rev. Inter-Legere**, Rio Grande do Norte, n° 9, p. 85-102, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4406/3594>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

LERMA, Betty Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. In: **La manzana de la discordia**, vol. 5, n° 2, p. 7-24, 2010. Disponível em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2016.

RIBEIRO, Adélia M. Subalternas e heroínas. Mulheres em guerra nos séculos XVIII e XIX: Por um feminismo decolonial. In: **Anais do evento estudos culturais e pós-coloniais: literatura e voz subalterna**, Espírito Santo, 2013. Disponível em: http://www.lettras.ufes.br/sites/lettras.ufes.br/files/field/anexo/literatura_e_voz_subalterna_-_anais_site.pdf. Acesso em 29 de maio de 2016.

ROCHA, Elaine. As idéias e os números de gênero. In: **Rev. Brasileira de Estudos Populares**, Brasília, 1998. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_in/vol15_n1_1998/vol15_n1_1998_9resenha_133_137.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2015.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. In: **Rev. História da Historiografia**, Ouro Preto - Minas Gerais, n° 7, p. 94-115, 2011.

Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/338>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

